

Para além da palavra impressa: leitura e produção de sentidos nos espaços populares¹

Carla Baiense Felix²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Produzido e dirigido aos moradores da Maré, bairro que reúne 16 favelas, no subúrbio do Rio de Janeiro, o jornal *O Cidadão* propõe um contraponto às mensagens hegemônicas a respeito dos espaços populares. Para alcançar este objetivo, no entanto, o veículo enfrenta, por um lado, a força da grande mídia, que cristalizou no senso comum uma representação da favela indissociável da imagem da carência e da violência. Por outro, esbarra nas limitações inerentes ao suporte material. Num universo em que a TV se constitui no principal meio de comunicação, e mais de ¼ da população é composta por analfabetos funcionais, o jornal encontra como primeira barreira para alcançar a audiência as limitações da palavra impressa. Neste artigo, levantamos pistas sobre o alcance e efetividade do jornal, analisando como se dá a produção de sentidos para além do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Comunicação popular; Favela.

Há mais de cem anos a favela representa nas páginas de jornal e no imaginário social o espaço da carência e da desorganização. Alvo constante de campanhas contra a sua permanência em diferentes momentos políticos, sobreviveu aos projetos remocionistas e propostas de substituição, atravessando o Século XX como testemunho das mudanças na vida econômica e social do país e suas conseqüências para a população mais pobre.

Reconhecida como um espaço pertencente à cidade apenas em 1937, com a criação de um novo código de obras, acompanhou a modernização da capital federal, forneceu mão-de-obra para o desenvolvimento das grandes obras públicas, participou ativamente da eleição dos quadros políticos, mas permaneceu como espaço estigmatizado, caracterizado pela ausência e, mais recentemente, pela violência.

De mancha na paisagem e “lepra da estética”, tornou-se área de risco (VAZ, CAVALCANTI, SÁ-CARVALHO, OLIVEIRA, 2005), território dominado pelo “poder paralelo” dos traficantes ou pelos grupos armados das milícias. Mas esta representação hegemônica, repetida pelos meios de comunicação massivos e reiterada pelas políticas públicas, não é aceita sem resistências. No interior dos movimentos

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, mestre em Comunicação e Cultura pela mesma escola, graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela UFF.

populares, articulam-se outras representações, produzidas a partir das memórias e das experiências dos pobres no seu espaço de vida.

É verdade que muitas das formas de resistências não chegam a constituir-se em mensagem formal, materializada em palavra impressa ou imagem fotográfica, em comunicação radiofônica ou audiovisual. Traduzem-se em gestos, festas, códigos de sociabilidade, hábitos portadores de discursos nos quais se reconhecem e reiteram outras representações da vida na favela.

Não nos propomos a realizar aqui a arqueologia dessas discursividades, mas a estudar de que modo a palavra impressa chega a uma comunidade interpretativa específica, os produtores e receptores de *O Cidadão*, o jornal do bairro Maré. Criado há dez anos, o jornal tem uma tiragem de 20 mil exemplares e circula entre as 16 comunidades que compõem o mais populoso conjunto de favelas do Brasil, com 132 mil pessoas, abrigadas em mais de 38 mil domicílios³.

Embora tenham histórias diferentes, bem como indicadores sócio-culturais e econômicos diversos, essas comunidades passaram a compor, em 1994, o bairro Maré. Criado sem consulta pública e por decreto do então prefeito César Maia, o bairro revela, já no nome, o que boa parte da população preferia ocultar.

Dizer bairro Maré significa afirmar a favela e tudo o que a caracteriza. Para quem se acostumou a ocultar seu pertencimento à favela como estratégia para garantir a circulação nos espaços formais da cidade, a criação do bairro representou uma derrota e um retrocesso.

Em vez de resistir à sua formação, o jornal *O Cidadão* assimilou o bairro como estratégia para reivindicar um tratamento igual perante a cidade. O bairro, portanto, é uma construção discursiva que vai se desenvolvendo a cada edição e encontra sua forma mais acabada num vocativo criado para referir-se ao morador da Maré: mareense.

O mareense do *Cidadão* destoa frontalmente do favelado das páginas de jornal e dos noticiários televisivos. Frequentemente, o morador da favela que aparece na grande mídia é o bandido. É ele quem empresta sua imagem às reportagens em torno da favela que lotam as páginas dedicadas às reportagens sobre crime.

Quando, ao contrário, o morador da favela é identificado não como bandido, mas como vítima, nas mesmas reportagens sobre crime, lhe é negado o direito de produzir sua

³ Dados do Censo Maré, 2000.



própria representação. Sob a alegação de que é preciso garantir a integridade física das fontes, este morador aparece com sua identidade ocultada e por voz e imagem alteradas⁴.

O resultado desta perversa combinação – a superexposição do bandido e a subexposição da vítima – é uma representação distorcida: a audiência só reconhece o morador enquanto bandido. Como alerta DOUGLAS (1992), a população pobre enfrenta muitos problemas e a discriminação não é o maior deles. Mas a estigmatização atua como um poderoso vetor de subjetivação que leva o morador a negar seu pertencimento à favela. Para boa parte dos moradores, melhorar de vida significa, simplesmente, mudar de endereço.

A redução do papel do favelado na grande mídia, ora representado com bandido, ora como vítima necessitada de proteção, ou ainda como sujeito falado, mas incapaz de articular seu próprio discurso, reduz, também, as possibilidades não apenas de se expressar, mas de obter alguma credibilidade.

Esse movimento de desvalorização do discurso do outro é assimilado pela população pobre. A auto-desvalia (FREIRE, 1987) constitui-se como característica muito presente nos espaços populares. Na prática, cria no senso-comum a crença de que a palavra da fonte oficial, do especialista tem naturalmente um valor maior do que a do vizinho pobre. O problema que o Cidadão enfrenta, portanto, é: como mudar esta percepção do lugar e da condição de favelado a partir de um discurso produzido pelos “de dentro”?

Junte-se a esta dificuldade de obter reconhecimento, a barreira representada pela palavra impressa. Num universo em que o meio de informação principal ainda é a TV, e onde a taxa de analfabetismo funcional chega a 26,6%, como apoiar-se na escrita como condutora de uma mensagem contra-hegemônica a respeito da favela?

É a partir destas dificuldades – ou apesar delas – que vamos analisar o papel e a efetividade do jornal *O Cidadão* junto aos moradores do bairro Maré. A partir da análise da evolução do veículo ao longo dos seus dez anos de existência e de entrevistas com produtores e leitores vamos buscar as pistas para entender os efeitos do jornal junto à audiência.

⁴ Para um estudo sobre a imagem da favela e do favelado no noticiário ver FELIX, 2008.



Nossa hipótese é a de que o grau de profissionalização alcançado pela equipe responsável pelo jornal e a qualidade do produto final articulam um discurso para além da palavra impressa e criam novas referências positivas para os moradores da Maré.

O nascimento do bairro

As primeiras ocupações na região da Maré aconteceram entre 1940 e 1960 em regiões próximas ou dentro de alagadiços, aterrados pelos recém-chegados em regime de multirão. Assim nasceram as comunidades de Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Maré, Parque Rubens Vaz e Parque União.

Embora seus moradores as considerassem independentes, por força da proximidade e da ameaça comum de remoção, em muitos momentos buscaram uma articulação que fortalecesse as lutas coletivas. Foi assim nas campanhas para obtenção de água e energia elétrica, ou na questão das remoções promovidas pelo Projeto Rio⁵, como atesta o jornal União da Maré, que circulou entre 1980 e 1983 entre as cinco ocupações originais mais a Nova Holanda, criada então pelo estado como moradia provisória para abrigar moradores de outras áreas da cidade desabrigados pelas chuvas.

O símbolo da publicação, uma flor de seis pétalas, também reitera o sentido de união em torno de lutas comuns. Fortemente influenciado pela linguagem sindical, o jornal era produzido por lideranças políticas locais e rodado em mimeógrafo. Contava com algumas ilustrações feitas à mão, mas a mensagem principal se concentrava nos textos longos e opinativos, redigidos sem a preocupação de seguir os padrões de redação ou a isenção jornalística.

Ainda na década de 1980, outra experiência no campo da comunicação popular articulava a discussão em torno de temas comuns às comunidades da região. A TV Maré, criada em 1988 por um grupo de moradores, apropriou-se da mais poderosa das tecnologias para mostrar o dia-a-dia da vida na favela.

Gravadas em VHS, as reportagens da TV Maré abordavam temas variados. Das dificuldades dos moradores das palafitas ao domingo no campo de futebol, tudo era registrado numa linguagem bem próxima à dos programas de jornalismo populares. Os repórteres, todos moradores da região, assim como os cinegrafistas, obtiveram os

⁵ Lançado em junho de 1979, o Projeto Rio previa o saneamento de 27 quilômetros de orla da Baía de Guanabara. Para isto, seria necessário transferir dezenas de moradores de palafitas para outras áreas dentro da própria Maré dotadas da infra-estrutura necessária para abrigar moradias populares.



primeiros conhecimentos num curso de vídeo, promovido pela Cáritas Arquidiocesana, e desenvolveram sua própria maneira de mostrar a comunidade a partir da experiência.

O resultado das gravações era exibido em associações de moradores ou outros espaços de uso público. A noção de TV, portanto, não deve ser tomada ao pé da letra. A experiência durou de 1988 a 1990 e o acervo produzido ao longo do período encontra-se, ainda em VHS, no arquivo Orozina Vieira, mantido pelo Ceasm.

É justamente a partir da década de 1980 que a região registra seu mais expressivo crescimento. O alargamento das fronteiras, em parte financiado pelo Estado, através de vários projetos de moradia popular instalados na região, deu um caráter ainda mais heterogêneo à localidade. Pelo menos nove comunidades foram construídas pelo Estado dentro de diversos programas de moradia popular, o maior deles durante o governo do Presidente João Figueiredo – o Projeto Rio.

Em vez da simples remoção, estes projetos previam a transferência dos moradores de áreas sem saneamento para conjuntos habitacionais construídos pelo governo federal. Assim foram criados os conjuntos de casas da Vila do João e da Vila dos Pinheiros e os prédios do conjunto Esperança e dos Pinheiros. Já nos anos 1990, o estado construiu os conjuntos Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue.

Além dos moradores removidos das áreas de risco da própria Maré, muitos dos novos moradores da região vinham de outras áreas da cidade – morros e favelas de áreas nobres, que passaram a ser alvo da especulação imobiliária, ou áreas alagadas em chuvas e enchentes. O crescimento da população e proliferação de “comunidades” acompanhou a modernização da cidade e a fragmentação das relações de vizinhança em amplas áreas.

Em 1994, sem realizar consulta popular, a Câmara acatou a Lei Municipal nº 2.119 que criava o bairro Maré a partir de 16 comunidades - Parque União, Vila dos Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias, Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto e Bento Ribeiro Dantas⁶.

O critério adotado para definir os limites do bairro foi muito claro: tudo o que dizia respeito à favela foi incorporado. Assim, comunidades com realidades muito distantes

⁶ Mais recentemente surgiram duas novas ocupações na região: Mandacaru e Sem Terra.

passaram a se denominar sob o mesmo bairro tornando difícil não apenas a articulação em torno de lutas comuns, mas a própria identificação dos moradores com o bairro.

Se ligar-se à favela já é uma questão delicada, juntar-se a outras favelas, muitas das quais em situação mais precária, é uma derrota ainda maior. Sobretudo para os moradores que conquistaram o direito à propriedade de uma casa ou apartamento num dos novos conjuntos habitacionais, o reconhecimento de que continuam a pertencer à favela significava, do ponto de vista subjetivo, uma derrota.

Para tornar a situação ainda mais confusa, a fragmentação territorial operada pelo tráfico impunha limites de circulação aos moradores das áreas “comandadas” por diferentes facções criminosas. Na Maré, são três as facções que detém o domínio da venda de drogas, promovendo, em diversos momentos, tentativas de invasão aos pontos de venda das facções rivais.

Essa presença do tráfico cria limitações de ordem prática aos moradores. Em algumas escolas da região, por exemplo, sobram vagas, enquanto outras não conseguem atender à demanda. Muitos pais preferem matricular seus filhos em colégios fora da região do que cruzar os territórios rivais para levarem seus filhos às salas de aula.

Mas também representa uma barreira subjetiva à integração do bairro, como lembra Antônio Carlos Vieira, diretor do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, uma das mais reconhecidas Ongs da região e responsável pela publicação de *O Cidadão*.

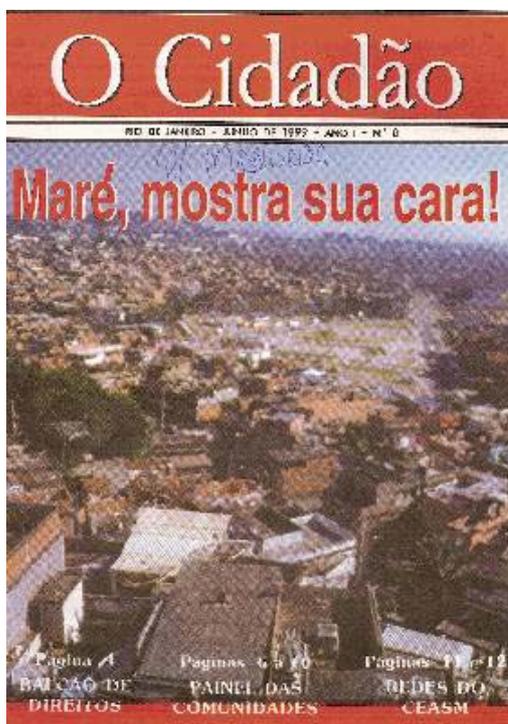
“Hoje, um dos grandes obstáculos é a questão da violência do tráfico de drogas. Não sei se em lugares onde o tráfico não está presente o acesso é mais tranquilo. A gente fala que o cara que vem do asfalto não vai à favela, Mas o cara que mora em outra favela não vai também. Tem a questão dos comandos. Mesmo em lugares como a Maré, em alguns períodos, a circulação de pessoas é limitada por esta questão. É complexo. É um trabalho que vai levar muito tempo”. (VIEIRA, 2007)

A criação do bairro, portanto, não resolveu os antigos problemas com os quais os moradores conviviam há muitos anos: a ausência de espaços para cultura e lazer, a segurança, o direito à livre circulação. E ainda criou novos, na medida em que os moradores tiveram que se “descolar” dos bairros mais próximos. Na prática, o nome do bairro nos comprovantes de residência era o mesmo que um atestado de pobreza. Com a criação do bairro o Estado dava uma resposta contraditória às reivindicações dos moradores por um tratamento igualitário perante a cidade: reconhecia o bairro, mas

segregava a favela. A contradição foi assimilada como estratégia pelos produtores do *Cidadão*.

O lançamento do jornal, em junho de 1999, respondia à necessidade de criação de um veículo para promover a integração do bairro em torno de lutas comuns, como atesta a matéria de capa do número 0: “Maré, mostra a tua cara”. A edição, rodada em parceria com a Ediouro, gráfica instalada próxima à região, traz características que vão marcar o primeiro período do jornal: formato revista, capa e páginas centrais coloridas, linguagem politizada e estilo de redação característicos da grande imprensa. À frente da edição estava o jornalista Marlúcio Luna, então repórter da Gazeta Mercantil. Na fotografia, o premiado João Ripper. A programadora visual Ione Nascimento Galetti, da Faculdade de Letras da UFRJ, fazia a diagramação fora da Maré. Na reportagem, uma equipe de voluntários recrutados no pré-vestibular do Ceasm.

Depois de editado, pouco se via do texto original. A edição eficiente corrigia os desvios dos voluntários, mas acabava homogeneizando o jornal. O tom politizado e a linguagem do veículo não se dirigiam à comunidade, mas a uma comunidade interpretativa bastante reduzida ao público frequentador do Ceasm, como informa o primeiro editor do veículo.



“O principal público era a parcela da população da Maré que de alguma maneira circulava pelo Ceasm. Eram os alunos do pré-vestibular, dos cursos de capacitação, de uma coisa que havia na época, não sei se ainda existe, que eram os cursos de línguas e de informática. Esses eram os nossos leitores mais fiéis, até pela facilidade de distribuição. O outro grupo de leitores era ligado às associações de moradores, lideranças comunitárias, as escolas da região, as professoras que davam aulas na Maré, os postos de saúde. Este era, mais ou menos, o perfil que a gente tinha do leitor.” (LUNA, 2007)

Para ampliar a penetração do jornal na comunidade, a equipe precisou não apenas aumentar a tiragem e começar a distribuição nas casas. Precisou, também, adaptar a linguagem a uma audiência impregnada de oralidade.

A palavra impressa sempre permeou a vida dos moradores da Maré. A religiosidade que marcou o cotidiano dos primeiros núcleos de ocupação, por exemplo, está repleta de



ritos e celebrações guiados por impressos. As liturgias e cultos religiosos, os círculos bíblicos, que reunia os vizinhos em torno da leitura da Bíblia, as novenas, em época de Natal, as quermesses e procissões, acompanhadas de cantos e ladainhas, a Via Crúcis, na Semana Santa, são alguns dos momentos em que um ou vários leitores se revezavam em torno de textos, livros, versículos bíblicos.

Esta leitura compartilhada – e invariavelmente acompanhada de uma explicação ou reflexão a respeito do que foi lido – constituía um hábito entre os moradores, muitos deles incapazes de realizá-la sozinhos. Nela, a experiência do narrador se mistura à coisa narrada, dando cores e nuances à narrativa original e impregnando-a de novas sentidos.

O que está em jogo, portanto, não é a mensagem unilinear, enviada por uma instância produtora a uma audiência passiva, mas a produção de sentidos no momento mesmo da leitura e para além dele, na reflexão coletiva. Não se trata do texto impresso pura e simplesmente, mas do texto impregnado da cultura oral que caracterizava as primeiras ocupações.

Além deste hábito da leitura coletiva, o uso intensivo de aparelhos de TV e rádio na comunidade reforçava a importância da oralidade na vida dos habitantes da Maré. Para muitas donas de casa, o rádio sempre foi o maior companheiro nas longas jornadas à frente do trabalho da casa.

Não é de se estranhar, portanto, que *O Cidadão* precisasse recorrer a esta cultura oral para alcançar a audiência, como explica o jornalista André Esteves, morador de Bonsucesso, bairro vizinho à Maré, que sucedeu Marlúcio na edição do jornal, a partir de março de 2000: “É quase um jornal radiofônico, que é a linguagem da comunicação popular por excelência. São textos onde o ritmo e métrica são emprestados da palavra falada e da oralidade”. (ESTEVES, 2000)

Mas não foi apenas a linguagem dos textos que sofreu adaptações. Todo o projeto gráfico foi modificado, a começar pelo formato, que agora era tablóide. As colunas ficaram mais largas, os textos, mais curtos. A fotografia ganhou mais espaço na edição. Assim, o morador poderia “ler” o jornal ainda que não fosse alfabetizado. A partir dos elementos gráficos presentes nas páginas, era possível realizar uma leitura sobre os assuntos tratados e fornecer sua própria versão para a narrativa.



Isto porque o jornal trabalha intensamente a partir da perspectiva da memória. A construção de uma identidade positiva para o morador e para o seu espaço de vida, no projeto cidadão, passa pela recuperação da história e das histórias de vida do coletivo mareense: suas lutas, suas conquistas, as transformações da região, tudo se torna matéria-prima para lembrar o valor dos que construíram seu próprio chão sobre a maré⁷. A cena do leitor que vê a foto no jornal ou no museu⁸ e conta sua própria narrativa se repete com frequência na comunidade⁹. Esta reconstrução da Maré a partir da memória funciona como antídoto contra os problemas atuais enfrentados pelo bairro porque lembra os moradores de que a comunidade nem sempre foi assim: nem sempre se esteve acuado frente ao tráfico, mas também nem sempre se teve água e esgoto, luz e TV a cabo. A vida já foi melhor em muitos aspectos, mas se obteve muitos ganhos em outros.

O jornal do bairro Maré

O Cidadão inicia, com a reforma gráfica e editorial, o processo de aproximação com o morador comum da Maré. É também nesta fase que o jornal incorpora aquele que será seu slogan: o jornal do bairro Maré. Justamente por que está próximo do leitor é que pode levar adiante o projeto de criar uma identidade positiva para o morador a partir de uma interpelação única: o mareense.

O vocativo aparece pela primeira vez como um artifício técnico para driblar um problema jornalístico: o uso excessivo da expressão “morador”. A idéia de “criar” uma identidade comum entre os moradores esteve na base não apenas do *Cidadão*, mas de todos os projetos do Ceasm. Vinculando-os ao território, buscavam uma forma de dotar a comunidade de um poder reivindicatório. Mas nem o Ceasm nem os fundadores do jornal haviam se debruçado sobre a questão de se criar um vocativo, uma interpelação, nos termos de Lacan.¹⁰ O nome veio de uma necessidade bem mais simples, como explica o jornalista Hélio Euclides, morador da Nova Holanda:

⁷ Maré é a palavra utilizada pelos moradores para se referirem às águas da Baía de Guanabara que sempre definiram os contornos e limites das comunidades.

⁸ Museu da Maré, o primeiro museu de favelas da América Latina, traz um enorme acervo de fotos e objetos doados ou emprestados pelos moradores. A exposição permanente traz fotos uma rica coleção de fotos que contam a história das comunidades e revelam aspectos pitorescos da vida nas primeiras ocupações, como o rola-rola, uma pipa utilizada pelos moradores para buscar água do outro lado da Avenida Brasil, então chamada variante Rio-São Paulo.

⁹ Acompanhando a entrega dos jornais na comunidade de Vila dos Pinheiros pude testemunhar uma cena bastante sintomática desta narrativa sobre a narrativa. Uma moradora recebeu o jornal e falou: “A história da Maré não está aqui (apontando para o jornal), está aqui (apontando para a cabeça).

¹⁰ Para Lacan (1966/1967) o termo interpelação designa a forma com que somos chamados a ocupar nosso lugar na sociedade

“Quando o Ceasm começou, em 97, ele tinha essa idéia de trabalhar o bairro Maré. Aí, tem aquela coisa de que o jornalista não pode repetir o nome. Não tinha como. Era morador da Maré, morador da comunidade. Então, como uma resposta da equipe, veio o nome mareense. Encaixava direitinho.”

Mas a idéia encontrou resistência entre os moradores e provocou uma resposta dos produtores do jornal. A edição de março de 2003 problematiza as condições de criação do bairro e dá voz aos moradores para discutirem sua situação a partir dela. “Mareense!? Existe isso?!” é o título da matéria principal, que traz uma bela foto de João Ripper na capa. Já no lead, a equipe se explica:

“O leitor do *Cidadão* é uma criatura danada de atenta. Não é surpresa que o morador já tenha percebido que algumas coisas só são encontradas no jornal ... e mais em lugar nenhum. Dois grande e polêmicos exemplos: dizer que a Maré é bairro e chamar morador de mareense. Pronto, está feita a confusão! Já até ligaram para a redação pedindo explicação: ‘Desde quando é bairro. Não é mais favela, não?’. Outros também questionam: ‘Mareense!? Existe isso? Que coisa de ficar inventando nome!’. É verdade ... o leitor tem razão de não ficar engolindo isso assim fácil, não”. (2003, p.7)

Embora, como veremos adiante, a aceitação da identidade mareense dependa das circunstâncias, ou da estratégia, o nome “pegou”, como relata Viviane, primeira moradora do bairro a assumir a edição do jornal, a partir de agosto de 2004.



“O Ceasm trabalhava na perspectiva de que o morador tinha que se aceitar e não ter vergonha do lugar onde mora. Foi uma brincadeira: “Ah, o mareense!” Mas pegou. Tem até o cara que botou o nome do cachorro de mareense. Antes, o morador tinha vergonha, depois, passou a ser legal.”

Desde 2004, a relação entre jornalistas moradores e não-moradores do bairro sofreu uma importante mudança. Alguns dos primeiros colaboradores já tinham chegado à universidade, em cursos de jornalismo ou não, e já dominavam todas as etapas de produção do jornal.

Outros colaboradores, recém-chegados, também já estavam buscando a formação universitária. A fotografia, a diagramação e a edição passaram a ser realizadas por moradores com curso superior. Os colaboradores externos

assumiram, então, papéis de coordenação¹¹. Na prática, se encarregavam de orientar os editores e repórteres, a partir de sua experiência na grande imprensa.



Essa mudança no perfil da equipe teve impactos importantes na apresentação e no conteúdo do produto. O jornal retoma a linguagem dos primeiros tempos, com um texto mais formal e uso de fontes oficiais. Embora mantenha sua identidade de jornal de bairro, com personagens e temas ligados à vida na Maré, procura inserir a temática nas grandes questões da vida brasileira. Um exemplo desta preocupação é a capa de dezembro de 2004, que faz um balanço dos dois anos do Governo Lula, relacionando o desempenho econômico e social do

país, mas também relatando as histórias pessoais de gente que mora na Maré e viveu na pele as conseqüências da política implantada no período.

Além da linguagem e das pautas, o jornal reorganizou as editorias, passando a classificar as matérias como os grandes jornais, em temas como saúde, esporte e educação. Mas as marcas do popular, representadas pelo uso intensivo de imagens, textos curtos e títulos de impacto, permanecem na nova fase.

O que poderia ser encarado como retrocesso pelos moradores, para muitos representou um ganho. Não se trata de assimilar a linguagem dos jornais tradicionais, mas de tornar-se um jornal tradicional, reconhecido como tal pela comunidade.

Neste sentido, *O Cidadão* ocupa uma posição dúbia: por um lado é o jornalzinho da comunidade; por outro, é o jornal do bairro. Mas não é preciso ver nisto uma contradição. A condição de jornal de bairro, conectado com as grandes questões do país, gera credibilidade não apenas ao veículo, mas à própria comunidade. Esta valorização fica mais clara quando se examina a fala dos moradores, como Carlos Gomes, 49 anos, morador do bairro e leitor do *Cidadão*.

“... nesta última edição, saiu a entrevista com a presidente do Museu falando sobre o Museu da Maré. Aquele cara, que é alfaiate, foi condecorado em Brasília. Foi à Brasília e recebeu a homenagem do presidente Lula. Isto engrandece a comunidade. Não tem só o lado ruim. Teve uma matéria sobre a

¹¹ Flávia Oliveira, Aydano Mota e eu entramos no projeto nesta fase, com o objetivo de desenvolver a equipe e dotá-la de autonomia para realizar todas as etapas de produção.

obesidade muito boa mesmo. Foi excelente. E teve uma boa circulação. Mostra a realidade. Os pontos de diversão da comunidade, que pode frequentar. Isto fortalece o bairro, a Maré”. (GOMES, 2007)

Apropriar-se da linguagem da grande imprensa para tratar dos temas da comunidade é uma estratégia para valorizar os pobres e suas histórias. Aproximar-se de uma estrutura discursiva própria do hegemônico não significa, neste caso, reverenciar o padrão opressivo, nem desqualificar a linguagem dos pobres. Como diz Certeau, consiste, antes, numa estratégia para quem não tem outra saída se não lutar no terreno inimigo.

Além disso, assimilar o padrão hegemônico passa uma mensagem bastante clara: somos capazes de fazer igual ou melhor do que qualquer outro jornal. Ou de qualquer outro jornalista. E se podemos fazer igual ou melhor do que os moradores de outros bairros da cidade, por que não devíamos ser tratados como os outros moradores da cidade?

O apoderamento das técnicas e instrumentos exclusivos da classe hegemônica representa, do ponto de vista simbólico, uma conquista dos moradores e contribui para o argumento a favor dos direitos da população mais pobre. Neste sentido, quanto maior a qualidade técnica e o apuro jornalístico empregados no jornal, mais abrem a perspectiva de produção de novos sentidos para a favela.

Ler *O Cidadão*, portanto, não significa apenas apreender a materialidade do texto, mas pode significar uma série de atividades a partir das quais se produzem sentidos. Da leitura coletiva, que ainda hoje se constitui em hábito popular, à leitura de imagens, é possível construir uma narrativa que ressignifica o sentido de morar na favela.

Da mesma maneira, a leitura do jornal enquanto produto da favela feito sob o rigor e usando as técnicas modernas de produção também desvela um sentido para além da palavra impressa, embora parta da materialidade do texto impresso.

O que dizer, então, da efetividade do jornal enquanto portador de uma mensagem contra-hegemônica a respeito do espaço favelado e de seus habitantes? A fala dos moradores também nos dá pistas a respeito desta questão. Nos espaços comuns, os moradores articulam um discurso de valorização do seu espaço de vida. Vale lembrar que este não é um esforço único do jornal, mas uma iniciativa que perpassa vários movimentos dentro da Maré, incluindo as escolas da região.

Na Escola Bahia, a única que recebe alunos do Ensino Médio no turno da noite, uma atividade mobilizou os estudantes durante um final de semana: a exposição da história da Maré. Contada pelos próprios alunos, utilizando, inclusive, informações publicadas



no jornal do bairro, a história da Maré apareceu em fotos, textos e maquetes, reproduzindo a arquitetura peculiar, como conta a manicure Fabiana, de 30 anos.

“Moro há 21 anos. Antes morava em Magé. Mudei para o Timbau. A comunidade agora é outra. A Maré foi marcada por grandes mudanças. Como a gente pesquisou aqui para o trabalho. Foram dois dias de trabalho. Você tinha que ver, foi lindo. Eu montei uma maquete com os barraquinhos de palafitas. Fiz até um poste cheio de fios em curto. Pensei em doar a maquete para o Museu da Maré”. (FABIANA, 2007)

Olhando para trás, o morador reconhece os avanços e valoriza as melhorias no seu espaço de vida. Memória, como lembra BERGSON (1990) se refere ao presente. É contra o pano de fundo de uma favela que tornou-se bairro que o morador analisa a história da sua comunidade.

“Moro aqui desde que nasci. Minha mãe conta que era tudo ponte, tudo valão. Embaixo era água. Era mesmo, tinha o maior medo de cair. Evoluiu bastante, para melhor. Morava na Nova Holanda, naquela época tinha outro nome que não me lembro. Agora moro na Baixa.” (JANE, 2007)

Já no espaço extra-favela, o peso do estigma de que o morador é portador ainda dificulta a aceitação do pertencimento à Maré. Na hora de procurar emprego, nas relações entre amigos, o bairro mais próximo ainda é invocado, como estratégia para fugir do preconceito, como lembra a auxiliar de creche Alessandra, de 30 anos:

“Eu não falo que moro na Maré nem morta. É Bonsucesso.” (ALESSANDRA, 2007).

CONCLUSÃO

A palavra impressa sempre desempenhou um papel de poder nas sociedades. Dominar esta tecnologia representou – e ainda representa – um fato de diferenciação social. Com a circulação cada vez maior de mensagens impressas a capacidade de leitura tornou-se condição indispensável para o exercício pleno da cidadania.

Acreditamos que a escolha da palavra impressa como meio de comunicação do bairro Maré não atua como fator de exclusão. Mesmo numa população marcada por um alto índice de analfabetismo. Associando outros signos à palavra impressa e circulando num meio em que a leitura compartilhada já cristalizou-se, o jornal consegue penetrar mesmo nos círculos não letrados.

Para além da palavra impressa, o jornal está imbuído de outros significados. A visibilidade do jornal junto à comunidade e o reconhecimento da qualidade do produto são mensagens claras. Da mesma forma, o amadurecimento e a independência da equipe expressam uma vitória dos moradores.

Ainda que não tenha conseguido produzir novas ordens de pertencimento ou deslocado os significados ligados à favela, *O Cidadão* participa do mesmo esforço dos moradores em dar um sentido positivo ao lugar, sem que isso implique na relativização dos problemas enfrentados no dia-a-dia das comunidades. Um esforço que, sem dúvida, destoa frontalmente de um discurso hegemônico que sempre associou a favela a lugar de ausência e que abre a perspectiva para a produção de novos discursos sobre o lugar dos pobres.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesús. **Dos meios às Mediações**. Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Ofício de Cartógrafo**. Travessias Latino-americanas da Comunicação na Cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990.

BOBBIO, Norberto. **A sociedade civil em Gramsci**. In: Ensaio sobre Gramsci e o contexto da sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame**: Essays in Cultural Theory. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALBWACKS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

KOSELECK Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 1979.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP, dezembro/93.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, vol. 5, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____. **Memória, silêncio e esquecimento**. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Paperback, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Artigos

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana. SÁ-CARVALHO, Carolina; OLIVEIRA, Luciana Julião de. **Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário de crime**. Compós: 2005.

Dissertações

ESTEVES, André Luis Pinto. **O Cidadão: Um jornal Comunitário na Era da Globalização**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura, Linha Mídia e Mediações. Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FELIX, Carla Baiense. **Entre discursos: mídia e subjetividade nos espaços populares**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura, Linha Mídia e Mediações. Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação em Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Rio de Janeiro, Programa de Pós graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas – PPHPBC/FGV, 2006.

Entrevistas

Estudantes do Ensino Médio da Escola Bahia. Rio de Janeiro, Timbau, novembro de 2007.
Antônio Carlos Vieira, diretor-fundador do Centro de Estudos e Ações Sociais da Maré (Ceasm). Rio de Janeiro, Museu da Maré, dezembro de 2006.

Cristiane Barbalho, editora do jornal *O Cidadão*. Rio de Janeiro, Ceasm Morro do Timbau, dezembro de 200.

Hélio Euclides, administrador do jornal *O Cidadão*. Rio de Janeiro, Ceasm Nova Holanda, dezembro de 200.

Outras fontes

Quem Somos? Quantos Somos? O que Fazemos? A Maré em Dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Ceasm, 2003.